UNIFEOB Centro Universitário da Fundação de Ensino Octávio Bastos CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**PROJETO INTERDISCIPLINAR** ELABORAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL, DRE E DFC ATRAVÉS DE LANÇAMENTOS SIMULADOS A SEREM REALIZADOS COM BASE NAS DEMONSTRAÇÕES DE UMA EMPRESA REAL

**Lojas Americanas S/A**

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP JUNHO 2019

UNIFEOB Centro Universitário da Fundação de Ensino Octávio Bastos CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**PROJETO INTERDISCIPLINAR** ELABORAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL, DRE E DFC ATRAVÉS DE LANÇAMENTOS SIMULADOS A SEREM REALIZADOS COM BASE NAS DEMONSTRAÇÕES DE UMA EMPRESA REAL

**Lojas Americanas S/A**

Módulo 05 – Contabilidade Aplicada Contabilidade Avançada – Prof. Marcelo de Castro Cicconi Análise de Normas e Pronunc. Contábeis – Prof. Antonio Donizeti Fortes Teoria da Contabilidade – Prof. Rodrigo Simão da Costa Práticas de Sistemas Contábeis – Prof. Danilo Morais Doval Contabilidade Comercial – Prof. Max Streicher Vallim

Alunos: Aluno Giander de Freitas Carvalho Junior, RA 18002088 Aluno Helton Henrique Cancian, RA 19001556 Aluno José Gabriel do Iago Gonçalves, RA 17001385 Aluno Rafael Augusto do P Georgetto, RA 18001080 Aluno Vinicius Sanches, RA 17000206

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP JUNHO 2019

2

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO......................................................................04 2 DESCRIÇÃO DA EMPRESA................................................05 3 PROJETO INTERDISCIPLINAR...........................................06 4 TEORIA DA CONTABILIDADE.............................................06 4.1 ESTRUTURA CONCEITUAL BASICA DA CONTABILIDADE.........06 4.2 ATIVO E PASSIVO..........................................................................07 4.3 RECEITAS, DESPESAS, GANHOS E PERDAS.............................08 5 ANÁLISE DE NORMAS E PRONUNCIA. CONTÁBEIS......09 5.1 CPC 47 – RECEITA DE CONTRATO COM CLIENTE.....................09 5.2 CPC 16 (R1) – ESTOQUES.............................................................11 5.3 CPC 20 (R1) – CUSTOS DE EMPRESTIMOS.................................13 5.4 CPC 27 – ATIVO IMOBILIZADO......................................................15 5.5 CPC 04 (R1) – ATIVO INTANGIVEL................................................18 5.6 CPC 12 – AJUSTE A VALOR PRESENTE......................................21 6 CONTABILIDADE AVANÇADA...........................................24 6.1 AVALIAÇÃO DO INVESTIMENTO..................................................24 6.2 FLUXO DE CAIXA...........................................................................26 7 CONTABILIDADE COMERCIAL.........................................34 7.1 TRANSAÇÕES COMERCIAIS........................................................34 7.2 CUSTO DE MERCADORIA VENDIDA............................................36 7.2.1 Estoque..............................................................................................36 7.2.2 Método do custo especifico................................................................37 7.2.3 Custo médio ponderado.....................................................................37 7.2.4 Primeiro a Entra Primeiro a Sair (PEPS)............................................37 7.2.5 Último a Entrar Primeiro a Sair (UEPS)..............................................37 7.2.6 Custo da Mercadoria Vendida............................................................37 7.2.7 Resultado com Mercadoria.................................................................38 7.2.8 ICMS, PIS e CONFINS cumulativos e não cumulativos.....................38

3

7.3 OPERAÇÕES FINANCEIRAS.........................................................39 7.4 OPERAÇÕES COM FOLHA DE PAGAMENTO..............................41 8 PRÁTICAS DE SISTEMAS CONTÁBEIS.............................44

8.1 BALANÇO DE ABERTURA.....................................................44 8.2 ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL.................................................45 8.3 ESTRUTURA DO PLANO DE CONTAS.................................45 8.4 SISTEMA CONTÁBIL NETSPEED.........................................46 8.5 DEMONTRAÇÕES CONTÁBEIS............................................47 9 CONCLUSÃO.....................................................................47 REFERÊNCIAS.......................................................................48 ANEXOS..................................................................................51

4

**1. Introdução:**

Este trabalho foi desenvolvido com o intuito de mostrar a importância do fluxo

de caixa em uma empresa e sua eficácia, facilitando para aos usuários o

reconhecimento das entradas e saídas de recursos financeiros.

O fluxo de caixa é o instrumento que permite ao administrador financeiro

planejar, organizar, coordenar, dirigir e controlar os recursos financeiros de sua

empresa para um determinado período. Todas as pessoas têm alguma noção de seu

fluxo de caixa, por mais simples que uma pessoa seja, ela tem controle das entradas

e saídas de dinheiro no mês, quanto foi gasto, até uma criança que ganha mesada

sabe seu fluxo financeiro.

Cada disciplina foi de suma importância para elaborar este projeto, pois

conseguimos aprimorar nossos conhecimentos adquiridos em sala de aula e ter uma

experiência de como é rotina de um contador.

Em Práticas de Sistemas Contábeis mostraremos a importância de se criar um

plano de contas. E com o sistema contábil Netspeed será feito os lançamentos de

abertura e os demais lançamentos contábeis da empresa Lojas Americanas S/A.

Em contabilidade comercial apresentaremos os lançamentos referentes a

compras, vendas, tributos incidentes sobre essas operações, estoques iniciais e finais,

abatimentos, descontos e devoluções, também vemos os métodos de controle de

avaliação de estoques.

Contabilidade avançada compreenderemos, identificaremos e interpretaremos

investimento em outras empresas, qual método de contabilização utilizar, a história e

composição do fluxo de caixa.

Análise de Normas e Pronunciamentos Contábeis, demonstraremos a

importância do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que será uma grande

ferramenta nas contabilizações de acordo com o Conselho Federal de Contabilidade

(CFC) e utilizando as normas internacionais de contabilidade.

5

Teoria da contabilidade aprenderemos a história da contabilidade, os objetivos

da elaboração e divulgação das Demonstrações Contábeis, as vantagens e

desvantagens de utilizar as normas internacionais e as diferenças da contabilidade

dos Estados Unidos x do Brasil.

**2. DESCRIÇÃO DA EMPRESA**

**2.1 VISÃO GERAL DA EMPRESA**

• **NOME EMPRESARIAL OU RAZÃO SOCIAL**

Lojas Americanas S/A

• **DENOMINAÇÃO SOCIAL**

Lojas Americanas

• **RAMO DE ATIVIDADE**

Comércio (Atacado e Varejo); Comércio em geral, inclusive supermercado e lanchonete, lojas de conveniência, no varejo e no atacado, através de Lojas e Depósitos, de quaisquer mercadorias, bem como a realização de serviços.

• **TIPO SOCIETÁRIO**

Sociedade Anônima

• **REGIME TRIBUTÁRIO**

Lucro Real

• **CNPJ/ MF**

N.o 33.014.556/0001-96

6

• **HISTÓRIA DA EMPRESA**

A **Lojas Americanas S.A.** foi inaugurada em Niterói no ano de 1929, no estado do Rio de Janeiro, pelos norte-americanos John Lee, Glen Matson, James Marshall e Batson Borger, sob o slogan “Nada além de dois mil réis". Na época, uma das maiores e mais tradicionais redes de

varejo do país; 89 anos depois, a empresa conta com mais de 1.320 lojas, presentes em todo o território nacional, e mais 4 centros de distribuição, situadas nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Uberlândia. Atuando também no comércio eletrônico, representado pela B2W - Companhia Digital, a rede comercializa mais de 60.000 itens de 2.000 fornecedores diferentes, o que faz com que a Lojas Americanas detenha uma grande participação do comércio brasileiro de brinquedos, bombonière, lingerie, CDs e DVDs, jogos, higiene e beleza, utilidades domésticas, entre outros. Tendo como seus principais concorrentes; Magazine Luiza, Walmart Brasil, Carrefour, Casas Bahia. Por decorrência da grande área de atuação, abrangendo a população em geral, demanda uma grande variedade de fornecedores.

**3. PROJETO INTERDISCIPLINAR**

**4. TEORIA DA CONTABILIDADE**

Na unidade de estudo na área da teoria da contabilidade serão apresentados de forma que e o conceito e a importância que serão estudados de forma relevante e a estrutura conceitual básica da contabilidade onde estará explicado como e objetivo o alcance , divulgação do relatório contábil financeiro, apresentaram também conceitos sobre ativo e passivo de forma clara e objetiva e o conceito , como também demonstrar os conceitos de receita e despesas de forma entender com clareza os termos contábeis que estudamos na sala de aula.

**4.1 Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade**

O objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira da empresa. O balanço patrimonial mostra o seu

7

desempenho em um determinado período e pode ser mensal, semestral ou anual. Demonstração do Resultado é sobre as modificações na sua posição financeira, e demonstração dos fluxos de Caixa, são obrigatórios no Brasil a partir de 2008.

A estrutura conceitual básica da contabilidade tem seus pressupostos básicos do regime que são: competência e continuidade

• Competência: apropriação das receitas e das despesas, com suas mutações nos ativos e passivos e, consequentemente, no patrimônio líquido, com fundamento nos momentos em que seus fatos geradores contábeis ocorrem, e não apenas, quando de seus reflexos no caixa

• Continuidade: Pressuposto da continuidade das atividades da entidade os conceitos básicos estipulados por esta Estrutura precisam ser modificados e a devida divulgação precisa ser dada. A estrutura conceitual básica da contabilidade compõe suas características qualitativas das demonstrações contábeis:

• Compreensibilidade: É tornar possível ao o público entender as informações.

• Relevância: É a informação que realmente importa para contabilidade.

• Confiabilidade: Numa instituição é quem a está representando, é quem está assinando o balanço, ou seja, o contador que traz a confiabilidade nas informações contábeis.

• Comparabilidade: É a comparação do ano atual e o ano anterior, mês atual e mêsanterior.

**4.2 Ativo e Passivo**

O Ativo faz parte das Contas Patrimoniais e compreende o conjunto de Bens e Direitos da organização (entidade, empresa), possuindo valores econômicos e podendo ser convertido em dinheiro. É a parte positiva da posição patrimonial e identifica onde os recursos foram aplicados. Representa os benefícios presentes e futuros para a empresa. As contas do Ativo são classificadas em ordem decrescente do grau de liquidez (de acordo com a rapidez com que podem ser convertidas em dinheiro). Outras definições do ativo citadas por pessoas importantes na área contábil:

A definição de Francisco D`Auria (apud Iudícibus 2000, p.123) “Conjunto de meios ou matéria posta à disposição do administrador, para que esse possa operar de modo a conseguir os fins que a entidade, entregue a sua direção, tem em vista”

A definição de Hendriksen e Van Breda (1999:281-3), afirmam que ativos são essencialmente “reservas de benefícios futuros”. E mencionam definição do FASB’’ benefícios econômicos futuros prováveis, obtidos ou controlados por uma entidade, em consequência de transações ou eventos passados.

8

O Passivo representa todas as obrigações e dívidas contraídas pela entidade econômica com pessoas físicas ou jurídicas e também os serviços que devem ser prestados por já ter recebido pra isso. Os passivos são classificados em:

Passivo Circulante: inclui todas aquelas contas que refletem dívidas ou obrigações que a entidade econômica deve eliminar no próximo ano, contas a pagar e impostos a pagar, por exemplo.

Passivos a longo Prazo: são as obrigações ou dívidas que a entidade econômica contraiu e que deverão ser pagas num prazo máximo de um ano, dentre este grupo podemos citar hipotecas a pagar e Letras de Câmbio, por exemplo.

Resultados de Exercícios Futuros: aqui está incluído o dinheiro que a entidade econômica possa vir a receber adiantado (como a cobrança antecipada do aluguel de um terreno de sua propriedade, por exemplo).

Outros Passivos: são aqueles que não se encaixam nas descrições anteriores, aqui podemos citar contribuições sociais que ainda serão pagas, por exemplo.

**4.3 Receitas, Despesas, Perdas e Ganhos**

• **Receita:** São todos os recursos provenientes da venda de mercadorias ou de uma prestação de serviços, porém nem todos são de vendas ou prestações de serviços, como por exemplo: alugueis, rendimentos de uma aplicação financeira, juros.

• **Despesas:** Para a Contabilidade, é o gasto necessário para a obtenção de receita. As Despesas são gastos que não se identificam com o processo de transformação ou produção dos bens e produtos. Estão relacionadas aos valores gastos com a estrutura administrativa e comercial da empresa, elas ainda são classificadas em fixas e variáveis, sendo as fixas são aquelas cujo valor a ser pago não depende do volume, ou do valor das vendas, enquanto que as variáveis são aquelas cujo valor a ser pago está diretamente relacionado ao valor vendido.

• **Ganhos:** Representam outros itens que se enquadram na definição de receita e podem ou não surgir no curso das atividades usuais da entidade, representando aumentos nos benefícios econômicos e, como tais, não diferem, em natureza, das receitas. Incluem, por exemplo, aqueles que resultam da venda de ativos não circulantes. A definição de receita também inclui ganhos não realizados. Por exemplo, os que resultam da reavaliação de títulos e valores mobiliários negociáveis e os que resultam de aumentos no valor contábil de ativos de longo prazo.

• **Perdas:** Representam outros itens que se enquadram na definição de despesas e podem ou não surgir no curso das atividades usuais da entidade, representando decréscimos nos benefícios econômicos e, como tais, não diferem, em natureza, das demais despesas. Incluem, por exemplo, as que

9

resultam de sinistros como incêndio e inundações, assim como as que decorrem da venda de ativos não circulantes. A definição de despesas também inclui as perdas não realizadas. Por exemplo, as que surgem dos efeitos dos aumentos na taxa de câmbio de moeda estrangeira com relação aos empréstimos da entidade a pagar em tal moeda.

**5. ANÁLISE DE NORMAS E PRONUNCIAMENTOS**

**CONTÁBEIS**

**5.1 CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente**

Segundo CPC 47 (2018) “O objetivo deste pronunciamento é estabelecer os

princípios que a entidade deve aplicar para apresentar informações úteis aos usuários

de demonstrações contábeis sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de

receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente”.

O referenciado pronunciamento só será aplicado se a outra parte for um cliente,

que tem a finalidade obtenção de bens ou serviços, que juntos constituem um produto

que a entidade possui em troca da contraprestação.

Além da contabilização do contrato feito pela entidade de forma individual com

o respectivo cliente, poderá também ser aplicado a uma determinada carteira de

contratos, sendo que a finalidade sobre a contabilização da carteira não discordem

dos contratos individuais dentro dessa carteira.

A entidade deve aplicar este pronunciamento a todos os contratos com clientes,

exceto os seguintes:

• Contratos de arrendamento dentro do alcance do CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil;

• Contratos de seguro dentro do alcance do CPC 11 – Contratos de Seguro;

• Instrumentos financeiros e outros direitos ou obrigações contratuais dentro do alcance do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, do CPC 36 – Demonstrações Consolidadas, do CPC 19 – Negócios em Conjunto, do CPC 35 – Demonstrações Separadas e do CPC 18 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto; e

10

• Permutas não monetárias entre entidades na mesma linha de negócios para facilitar vendas a clientes ou clientes potenciais. Por exemplo, este pronunciamento não se aplica a contrato entre duas empresas do setor de óleo e gás que pactuem a permuta de petróleo para satisfazer à demanda de seus clientes em diferentes locais especificados, de forma tempestiva. (CPC 47, 2018)

O contrato com o cliente só será contabilizado após ambas as partes

aprovarem por escrito ou verbalmente, quando identificado os bens e serviços a serem

transferidos, após a identificação dos termos pagamento, e quando o contrato possuir

substância comercial.

Se alguma das partes tiver o direito de rescindir, o contrato só não será valido

se o bem ou serviço ainda não foi transferido para o cliente, ou se a empresa não

recebeu as contraprestações em troca deles.

Segundo CPC 47 (2018) “A modificação de contrato existe quando as partes

do contrato aprovam a modificação que cria novos direitos e obrigações executáveis

das partes do contrato ou que modifica direitos e obrigações executáveis existentes.”

O contrato entre as partes poderá ser modificado de forma escrita, verbal, ou

por partes usuais de negócios. O contrato deverá continuar a ser aplicado pela

entidade, se ambas as partes não tiverem aprovado a modificação do mesmo.

Será reconhecida como receita pelo valor do preço da transação, no momento

em que uma obrigação de desempenho seja satisfatória para entidade. No instante

da determinação do preço de uma transação, deveram ser considerados os termos

do contrato pela entidade. A composição do preço é formada pela contraprestação

(podem ser incluídos valores fixos ou variáveis) no qual a empresa espera ter em troca

dos bens ou serviços transferidos ao cliente. Excluído quaisquer quantias que foram

cobradas em nome de terceiros, como por exemplo, impostos cobrados sobre vendas.

Segundo o CPC 47 (2018) “Após o início do contrato, o preço da transação

pode mudar por várias razões, incluindo a solução de eventos incertos ou outras

11

alterações nas circunstâncias que alterem o valor da contraprestação à qual a

entidade espera ter direito em troca dos bens ou serviços prometidos.”

Quaisquer alterações seguintes com relação ao preço da transação deveram

ser alocadas pela entidade, seguindo a mesma forma do início do contrato de locação,

desde que não reflitam alterações em preços individuais. Serão reconhecidos como

receita, os valores destinados à obrigação de desempenho.

Os custos incrementais como, por exemplo, as comissões pagas sobre as

vendas deverão ser caracterizados como ativos. Já aquele incluído independente da

aquisição do contrato será reconhecido como despesas, a não ser que sejam

cobráveis do cliente.

Os valores cuja não foram apresentados de forma separada em outros

pronunciamentos deverão ser divulgados para o período de relatório. São

considerados valores a serem divulgados, todas as receitas reconhecidas de

contratos com clientes, e quaisquer perdas que ocasionadas por redução ao valor que

sejam reconhecidas sobre quaisquer recebíveis ou também de ativos de contrato

precedentes de contratos da empresa com respectivo cliente. As receitas deverão ser

divididas por subgrupos que descrevam a natureza, o valor, a época e a incerteza das

receitas.

**5.2 CPC 16 (R1) – Estoques**

O objetivo do Pronunciamento é determinar a forma de avaliação dos estoques,

orientando sobre métodos e critérios de atribuição dos custos a serem mantidos como

ativo, e também sobre o reconhecimento das despesas e receitas.

Entende-se por estoque bens adquiridos e destinados à venda, podendo ser

produtos acabados, em processo de produção, incluindo matérias-primas e materiais

em processo de produção, tais como: componentes, embalagens e material de

consumo. Se tratando de prestador de serviços, os estoques devem incluir os custos

do serviço.

12

Este Pronunciamento não se aplica a produção em andamento proveniente de

contratos de construção, instrumentos financeiros e ativos biológicos relacionados a

atividades agrícolas, e ao produto no ponto de colheita. Referindo-se à mensuração

dos estoques não serão aplicados a produtores de produtos agrícolas e florestais, de

produtos agrícolas após colheita, de minerais e produtos minerais, tendo em vista que

praticas são estabelecidas pelo setor em que são mensurados pelo valor realizável

liquido, onde a venda é assegurada por termos de contrato futuro, por garantia

governamental, ou quando haja um risco baixo de fracasso de venda. Também não

serão aplicados por comerciantes de *commodities,* onde os estoques são mensurados

pelo valor justo deduzido dos custos de venda. Dessa forma ambas as alterações

devem ser reconhecidas no resultado do período onde foram feitas as alterações.

No custo do estoque é incluído todo valor de custo, desde o preço da compra

incluindo os impostos, tributos, bem como transporte, seguro, e ao de transformação,

onde se incluem os custos diretos relacionados à linha de produção, como a mão de

obra. Também incluem os custos indiretos de produção, fixos e variáveis, utilizados

na transformação de matérias em produtos acabados.

À medida que os estoques são colocados no local de sua condição atual,

outros custos que não estão relacionados à aquisição nem a transformação devem

ser incluídos, por exemplo, os gastos gerais que não sejam relacionados à produção,

ou de desenho de produtos para alguns clientes específicos.

Os desperdícios de materiais, gastos com armazenamentos, despesas

administrativas, que de alguma forma não contribuem para trazer o estoque ao seu

local, e condição atual, despesas de comercialização, onde são inclusos a venda e

entrega dos bens e serviços aos clientes, devem ser reconhecidos como despesa no

período em que são incorridos.

No processo de produção pode-se ter mais de um produto fabricado

simultaneamente, isto é quando se fabrica produtos em conjunto, ou quando há um

13

ou mais subprodutos. Quando o subproduto é imaterial ele é mensurado pelo valor

realizável liquido.

Entende-se por valor realizável liquido aqueles onde são deduzidos do preço

de venda os custos estimados para conclusão e os gastos necessários até que se

concretize a venda do produto. Já no valor justo ocorrem transações de mercado

envolvendo a troca de um ativo ou a liquidação de um passivo, aonde outros fatores

que venham a pressionar a liquidação não interfiram no valor final.

São permitidos pela legislação brasileira os critérios PEPS e média ponderada

na valoração do estoque, deixando o custo das mercadorias mais perto da realidade.

No critério PEPS (Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair), à medida que vão

ocorrendo às saídas, são baixados do estoque os itens que foram comprados ou

produzidos primeiro, e assim consequentemente. A média ponderada, o valor de cada

item do estoque é alterado pela compra de outros novos de preços diferentes, no

cálculo se utiliza a divisão do custo total do estoque pelas unidades existentes, tendo

assim a média do último mês ou período.

**5.3 CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos**

O Pronunciamento é aplicável na contabilização dos custos de empréstimos, e

tem como objetivo o reconhecimento e evidenciação dos mesmos. Estes custos estão

diretamente atribuídos à aquisição, à construção ou à produção de ativos qualificáveis.

Será considerado um ativo qualificável aquele que leva um período de tempo

para ficar pronto para suprir uma necessidade da empresa ou venda pretendido. A

partir do momento em que a entidade toma recursos emprestados com propósito de

obter ativo qualificável, se ocorre o reconhecimento.

Segundo CPC 20 (2018) “A entidade deve capitalizar os custos de empréstimos

que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativo

14

qualificável como parte do custo do ativo. A entidade deve reconhecer os outros custos

de empréstimos como despesa no período em que são incorridos.”

A depender das circunstâncias, estoques, plantas industriais para manufatura,

usinas de geração de energia, ativos intangíveis, propriedades para investimentos e

plantas portadoras podem ser considerados ativos qualificáveis. Não serão aplicados

a ativos biológicos, estoques manufaturados, ou produzidos em larga escala e em

modo repetitivo.

Deveram ser reconhecidos os juros oriundos de financiamentos como parte do

custo do ativo qualificável até o período em que o ativo esteja para uso ou venda. O

valor a ser reconhecido será o valor liquido, diminuído das receitas financeiras.

Algumas complexidades nas operações da empresa dificultam na correta

identificação do montante a ser reconhecidos, fatores como, variações das taxas

cambiais, taxas de juros contratadas, centralização de operações de filiais, exigem

maior detalhamento ao elaborar esses custos o critério de alocação dos custos.

A entidade terá que satisfazer as condições como, incorrer em gastos com

ativos, incorrer em custos de empréstimos e iniciar as atividades que são necessárias

ao reparo do ativo para seu uso ou venda para se inicializar a capitalização de custos

de empréstimos.

A suspensão da capitalização deve ocorrer durante períodos extensos em que

a empresa suspender as atividades de desenvolvimento do ativo. Não será suspensa

a capitalização em períodos de execução de trabalho técnico, administrativos, quando

atrasos temporários são partes necessárias no processo de conclusão do ativo, e na

decorrência de eventos em que a empresa não é responsável pela paralisação da

obra.

A divulgação deverá conter o total de custos de empréstimos capitalizados

durante o período, bem como a taxa de capitalização utilizada na determinação do

montante dos custos de empréstimos elegíveis à capitalização.

15

**5.4 CPC 27 - Ativo Imobilizado**

O Pronunciamento tem como objetivo esclarecer informações sobre

investimentos da entidade em seus ativos imobilizados, bem como os principais

pontos a serem considerados na contabilização do ativo imobilizado como, o

reconhecimento, a determinação de seus valores contábeis e valores relacionados à

depreciação e perdas por desvalorização.

O Ativo Imobilizado caracteriza-se fundamentalmente pelo conjunto de Ativos

de longa durabilidade, adquiridos ou construídos, que sejam necessários para a

realização das operações da empresa. (PADOVEZE, 2016, p.186).

Este pronunciamento não será aplicado a ativos imobilizados mantidos para

revenda, ativos biológicos relacionados com atividade agrícola que não sejam plantas

portadoras (produz frutos por mais de um período, é vendida como produto agrícola,

exceto para venda como sucata), reconhecimento e mensuração de ativos de

exploração e avaliação, direitos sobre jazidas e reservas minerais, tais como petróleo,

gás natural, carvão mineral, dolomita e recursos não renováveis semelhantes.

Alguns itens como, peças de reposição ferramentas e equipamentos de uso

internos, usados por mais de um período, e usados em conexão com itens do ativo

imobilizado, também são contabilizados como ativo imobilizado.

A aquisição de um ativo, mesmo que diretamente não aumente os futuros

benefícios econômicos para empresa de um item já existente no ativo imobilizado, de

alguma forma pode ser necessário para eventuais benefícios futuros dos seus outros

ativos, devendo ser reconhecido como ativo, pois melhoramentos e benfeitorias nas

instalações a entidade não estaria em condições de fabricar e vender seus produtos.

Compreende-se como custo de um item do ativo imobilizado, seu preço de

aquisição, acrescido de impostos de importação e não recuperáveis sobre a compra,

depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos. A diferença entre o

16

preço à vista e o total dos pagamentos deve se reconhecer como despesa com juros,

a menos que seja passível de capitalização de acordo com CPC 20.

Será reconhecido como custo de um item do ativo imobilizado como ativo,

aqueles que provarem que futuros benefícios econômicos associados a ele fluirão

para empresa, e o se o custo do item puder ser mensurado confiavelmente. Serão

reconhecidos no momento em que forem incorridos para adquirir ou construir um item

do imobilizado, renova-los, substituir suas partes, ou dar manutenção ao mesmo.

Custos de manutenção periódica (mão-de-obra, e de produtos consumíveis), devem

ser reconhecidos como custos, descritos como “reparo e manutenção” de um item do

imobilizado. O reconhecimento de custos no valor contábil de um item cessa quando

estiver em local e condições operacionais, portanto custos relacionados a

transferência ou reinstalação não serão incluídos no valor contábil.

Após reconhecimento como um ativo, se permitido por lei, será apresentado

pelo valor reavaliado com suficiente regularidade que assegure seu valor contábil para

que não apresente divergência em relação ao valor justo na data do balanço, menos

depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas subsequentes.

Alguns itens do ativo sofrem mudanças significativas no valor justo necessitando de

reavaliação anual, e se se um item for reavaliado, toda classe (agrupamento de ativos

de natureza e uso semelhante) a qual pertence esse ativo deverá ser reavaliada.

A depreciação do ativo imobilizado se inicia quando este esteja disponível para

uso, ou seja, está em local e condição de funcionamento, e pode ser feita por

componentes de um item de forma separada, desde que não tenha custo significativo

em relação ao custo total do item. A despesa de depreciação de cada período será

reconhecida na conta de resultado, a menos que seja incluída no valor contábil de

outro ativo.

O valor depreciável deve ser apropriado ao longo da sua vida útil estimada,

sendo revisados ao final de cada exercício. Mesmo que o valor justo exceda o valor

17

contábil a depreciação será reconhecida, desde que o valor residual não exceda o

contábil. A vida útil pode ser menor que a vida econômica, sendo que estimativo é um

julgamento baseado na experiência da empresa com outros ativos semelhantes.

Terrenos e edifícios mesmo que adquiridos em conjunto com outros ativos, serão

contabilizados separadamente. As pedreiras e locais usados como aterro, os terrenos

tem uma vida útil ilimitada, e não serão depreciados.

Custos com desmontagem, remoção e restauração, incluídas ao custo do

terreno, terá a porção do valor contábil depreciada durante o período de benefícios

obtidos ao incorrer esses custos.

A entidade seleciona usar o melhor método que reflita benefícios futuros

esperados. Sendo utilizado o método linear, resulta-se em despesa constante durante

a vida útil do ativo, caso o valor residual não altere, o método decrescente resulta em

despesa decrescente, e o método de unidades, resulta em despesa tendo como base

o uso ou produção esperados.

Caso o item do ativo imobilizado sofra indenização de terceiros, e tenham sido

desvalorizados, perdidos, ou abandonados, a indenização será reconhecida no

resultado a partir do momento em que se tornar recebível.

Um ativo imobilizado terá seu valor contábil baixado por ocasião de sua

alienação ou quando o item não tem expectativa de benefícios econômicos futuros

para entidade. Os ganhos ou perdas decorrentes da baixa serão reconhecidos no

resultado quando o item for baixado e serão determinados pela diferença entre o valor

líquido da alienação e o valor do item, sendo que os ganhos não serão classificados

como receita de venda.

Segundo CPC 27 (2018) “Entretanto, a entidade que, durante as suas

atividades operacionais, normalmente vende itens do ativo imobilizado que eram

mantidos para aluguel a terceiros deve transferir tais ativos para o estoque pelo seu

valor contábil quando os ativos deixam de ser alugados e passam a ser mantidos para

18

venda. As receitas advindas da venda de tais ativos devem ser reconhecidas como

receita de acordo com o CPC 47-– Receita de Contrato com Cliente.”

No momento da divulgação, as demonstrações contábeis devem divulgar os

critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil, métodos e taxas

de depreciação, as vida uteis, o valor contábil bruto e a depreciação acumulada,

somados também as perdas por redução ao valor recuperável acumulada, no início e

final do período. Será demonstrada a conciliação do valor contábil, constando adições,

aquisições por meio de negócios, aumentos ou reduções decorrentes de reavaliações,

provisões, variações cambiais geradas pela conversão das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis também devem divulgar valores de

compromissos advindos da aquisição de ativo imobilizado, valor do gasto durante a

construção de um item do ativo imobilizado, valores contábeis de ativos cuja

titularidade é restrita, se não divulgada separadamente, o valor das indenizações de

terceiros que tenham sido desvalorizados, perdidos ou abandonados, incluídos no

resultado. **5.5 CPC 04 (R1) - Ativo Intangível**

Segundo CPC 04 (2018) “O objetivo do presente Pronunciamento Técnico é

definir o tratamento contábil dos ativos intangíveis que não são abrangidos

especificamente em outro Pronunciamento. Este Pronunciamento estabelece que

uma entidade deva reconhecer um ativo intangível apenas se determinados critérios

especificados neste Pronunciamento forem atendidos. O Pronunciamento também

especifica como mensurar o valor contábil dos ativos intangíveis, exigindo divulgações

específicas sobre esses ativos.”

Este pronunciamento não será aplicado a ativos intangíveis dentro do alcance

de outros pronunciamentos, ativos financeiros, ativos advindos da exploração e

avaliação de recursos minerais, e gastos com desenvolvimento e extração de

minerais.

19

É considerado ativo um recurso controlado pela entidade como resultado de

eventos passados, possuindo valores econômicos do qual a entidade se espera gerar

benefício econômico futuro, sendo convertido em dinheiro, proporcionará ganho para

entidade.

Segundo CPC 04 (2018) “Ativo intangível é um ativo não monetário identificável

sem substância física”.

Na empresa os ativos intangíveis, são considerados bens incorpóreos, ou seja,

que não podem ser tocados, e que de alguma forma geram benefícios futuros para

empresa podendo ser convertido em dinheiro, como por exemplo, softwares, patentes,

direitos autorais, listas de clientes, franquias, participação no mercado, direitos de

comercialização, entres outros. Os gastos com aquisição ou geração interna,

relacionados a itens não atendidos a definição de ativo intangível, devem ser

reconhecidos como despesa assim que incorrido.

Um ativo intangível para que seja diferenciado de ágil, requer que seja

identificável, para satisfazer o critério de identificação, o ativo terá que ser separável,

vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, de forma individual ou junta com

contrato, ativo ou passivo, independente de como a entidade ira usara-lo.

A vida útil dos ativos pode ser delimitada de duas formas, a primeira, a definida,

é quando ocorre à entrada de caixa esperado pela entidade. A amortização deve ser

feita pelo método de forma linear, e ocorre com relação ao período da vida útil do

ativo. Na indefinida, não se pode determinar o período de entradas de fluxo de caixa.

Os ativos na vida útil indefinida não sofrem amortização, e submetem-se a testes de

“impairment”, ocorridos anualmente, ou quando o ativo tenha período valor.

Segundo CPC 04 (2018) “Os gastos com um item intangível devem ser

reconhecidos como despesa quando incorridos, exceto se se o item é adquirido em

uma combinação de negócios e não possa ser reconhecido como ativo intangível.

Nesse caso, esse gasto (incluído no custo da combinação de negócios) deve fazer

20

parte do valor atribuível ao ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura

(goodwill) na data de aquisição (ver Pronunciamento Técnico CPC 15).”

Também se ocorre alguns casos onde são incorridos gastos que venham a

gerar benefício futuros a entidade, sem que haja a criação de ativo intangível. A

entidade deve reconhecer gastos como no fornecimento de produtos, por exemplo,

quando tiver o direito de acessa-los. Quando se trata de fornecimento de serviços,

são reconhecidos como despesas, assim que recebidos, assim também ocorre nos

gastos com pesquisas, exceto se foram adquiridos em uma combinação de negócios.

Outros gastos como, atividades pré-operacionais que são destinadas a

construir a empresa, exceto se já tiverem incluídas no custo do ativo imobilizado, os

custos de início de operações, com treinamentos, remanejamento ou organização,

com publicidade e atividades promocionais.

A composição do custo de aquisição de um ativo intangível, adquirido

separadamente, é composto pelo preço de compra somado a custos de importação e

impostos não recuperáveis, após isso se deduz custos relacionados à reparação

(honorários profissionais e custos com testes), descontos comerciais e abatimentos.

Segundo CPC 04 (2018) “O reconhecimento dos custos no valor contábil de

ativo intangível cessa quando esse ativo está nas condições operacionais pretendidas

pela administração. Portanto, os custos incorridos no uso ou na transferência ou

reinstalação de ativo intangível não devem ser incluídos no seu valor contábil.”

No momento em que a entidade for divulgar as informações, deve existir a

separação entre os ativos que são gerados internamente, e de outros ativos

intangíveis, devendo ser considerados os principais aspectos, como, o valor agregado

dos gastos relacionados à pesquisa e desenvolvimento que foram reconhecidos no

período, se vida útil definida deve ser informado também qual a taxa de amortização

utilizada, e se for vida útil indefinida deverá constar o valor contábil e como foi

elaborada a contabilização. Deverão constar também somado com qualquer perda

pela recuperação do valor “impairment” o valor contábil bruto junto à amortização

21

acumulada, e também as contas de demonstração contábil do resultado no qual a

amortização dos ativos intangíveis foram incluídas.

**5.6 CPC 12 - Ajuste a Valor Presente**

O objetivo deste Pronunciamento é estabelecer os requisitos básicos a serem

observados quando da apuração do Ajuste a Valor Presente de elementos do ativo e

do passivo quando da elaboração de demonstrações contábeis, dirimindo algumas

questões controversas advindas de tal procedimento, do tipo:

• Se a adoção do ajuste a valor presente é aplicável tão-somente a fluxos

de caixa contratados ou se porventura seria aplicada também a fluxos

de caixa estimados ou esperados;

• Em que situações é requerida a adoção do ajuste a valor presente de ativos e passivos, se no momento de registro inicial de ativos e passivos, se na mudança da base de avaliação de ativos e passivos, ou se em ambos os momentos;

• Se passivos não contratuais, como aqueles decorrentes de obrigações não formalizadas ou legais, são alcançados pelo ajuste a valor presente; CPC\_12 2

• Qual a taxa apropriada de desconto para um ativo ou um passivo e quais os cuidados necessários para se evitarem distorções de cômputo e viés;

• Qual o método de alocação de descontos (juros) recomendado;

• Se o ajuste a valor presente deve ser efetivado líquido de efeitos fiscais. (CPC 12,2018).

Este pronunciamento permite-se a correão de eventos passados, os quais já

foram registrados na contabilidade, como também possibilita que eventos presentes

reconhecidos possam ter melhorias em suas formas. Deve se atentar também a

confiabilidade, característica qualitativa que não se prescinde, devendo todas as

conclusões serem vulneráveis de verificação efetuadas por terceiros independentes,

os cálculos e modelos de precificação, ou seja, a guarda de tais informações deve ser

feita com toda preocupação e sob condições ideais. O processo deve ser conduzido

22

com total imparcialidade, para que resultados de terceiros sejam similares aos

produzidos pelo prestador.

O alcance deste pronunciamento não alcança questões de reconhecimento que

envolve o parecer de quando se registra, tratam-se basicamente as questões de

mensuração envolve o parecer de por quanto será registrado.

Segundo CPC 12 (2018) “Reconhecimento é o processo que consiste em

incorporar ao balanço patrimonial ou à demonstração do resultado um item que se

enquadre na definição de um elemento e que satisfaça os critérios de reconhecimento

mencionados no item 83”. Os itens nos quais se referem o item 83 devem ser lançados

no balanço ou DRE, sendo que o não reconhecimento não será divulgado pelas

práticas contábeis.

Será aplicado no reconhecimento inicial tanto de ativo quanto de passivo, a

mensuração contábil presente desses itens. Somente em situações anormais será

aplicado o ajuste a valor presente na forma de uma nova medição de ativos e

passivos, sendo que essa medição são raras e julgadas por aqueles que auditam e

preparam demonstrações contábeis.

Deve se levar em consideração o estabelecimento tanto de diretrizes gerais,

quanto de metas a serem alcançadas.

Nesse sentido, como diretriz geral a ser observada, ativos, passivos e situações

que apresentarem uma ou mais das características abaixo devem estar sujeitos aos

procedimentos de mensuração tratados neste Pronunciamento:

• Transação é o que dá origem a um ativo, a um passivo, a uma receita ou a uma despesa (conforme definidos no Pronunciamento Conceitual Básico Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis deste CPC) ou outra mutação do patrimônio líquido cuja contrapartida é um ativo ou um passivo com liquidação financeira (recebimento ou pagamento) em data diferente da data do reconhecimento desses elementos;

• Reconhecimento periódico de mudanças de valor, utilidade ou substância de ativos ou passivos similares emprega método de alocação de descontos;

• Conjunto particular de fluxos de caixa estimados claramente associado a um ativo ou a um passivo.

23

Quando referir-se a metas a serem alcançadas, deve se levar em consideração

o valor do dinheiro no tempo, e incertezas associados a eles, possibilitando uma

melhor avaliação e destinação de recursos escassos. Diferenças econômicas entre

os ativos e passivos devem ser retratadas acertadamente pela contabilidade para os

prêmios requeridos sejam definidos com menor margem de erro.

Em algumas situações não se chega à aproximação confiável para o prêmio

pelo risco, ou se possível o montante aproximado pode ser pequeno se comparado a

fluxo de caixas estimados. Nesses casos de forma excepcional, poderão ser obtidos

com adoção de taxa de desconto, os valores presentes de fluxo de caixa esperados,

desde que sejam amplamente divulgados, e de quais motivos o levaram a esse

procedimento.

Passivos contratuais são considerados complexos para fins de mensuração

contábil, com uso de informações baseadas no valor presente, são recompensadas

as obrigações legais e não formalizadas, consideradas espécies do gênero “passivo

não contratual”.

A taxa aplicada a para fins de descontos em valor presente tanto de ativos

quanto de passivos, deve ser liquida de efeitos fiscais, sendo assim antes dos

impostos.

A operação que se identifiquem como de financiamento, deve ser reconhecida

como tal, sendo que o valor consignado deve ser adequadamente decomposto a fim

de apuração contábil. Devem ser eliminados dos custos para aquisição de

mercadorias, os juros embutidos, sendo que os mesmos devem ser apropriados pela

fluência zero.

No momento da divulgação, a informação prestada deve permitir aos usuários

entendimento explicito das mensurações a valor presente. As informações devem

levar em consideração, descrição detalhada dos itens objetivos da mensuração, taxas

de juros decompostos, montantes de fluxo de caixa aproximados, modelos utilizados

para cálculo de riscos, descrição do método de alocação dos descontos, bem como

24

os procedimentos utilizados mudanças de premissas na administração, e outras

informações consideradas relevantes.

**6. CONTABILIDADE AVANÇADA**

**6.1 Avaliação do Investimento.**

Sociedade coligada à outra tem como base quando uma empresa tenha

influência significativa sobre a outra. As leis não estabeleceram um percentual mínimo

para se considerar uma coligada, mas estipularam que toda participação acima de

20% já é significativa o suficiente para ser considerada automaticamente uma

coligada. Mas percentuais menores de participação também podem ser consideradas

coligadas, desde que a empresa exerça influência nas tomadas de decisões

financeiras ou operacionais da investida.

Uma sociedade controlada é quando outra empresa diretamente ou através de

outra controlada tem poder sobre a incorporada. Não necessariamente é preciso ter

mais de 50% para ser controlada, basta que a empresa detenha o poder de eleger a

maioria dos diretores e que tome as principais decisões relacionadas a vida da

empresa. Método de Equivalência Patrimonial (MEP) consiste em atualizar o valor

contábil do investimento ao valor equivalente à participação societária da sociedade

investidora sobre o patrimônio líquido da investida, reconhecendo seus efeitos na

demonstração do resultado do exército. Ou seja, o valor do investimento será

determinado de acordo com a porcentagem do patrimônio líquido que a investidora

possui sobre a investida.

25

São obrigatoriamente a realizar a equivalência patrimonial as Sociedades

Anônimas ou sociedades que tenham participação relevante sobre controladas,

sociedade coligada onde a investidora seja influente sobre ou em casos onde a

investidora participa de ao menos 20% ou mais do capital social da coligada,

sociedades pertencentes ao mesmo grupo, sociedades que estejam sobre um

controle comum.

Em contra partida ao MEP temos o Método pelo Custo Histórico (MCH), nesse

meio de avaliação para o ativo costuma se utilizar o valor pago pelos recursos ou até

mesmo o valor justo onde sempre é utilizado o valor da date de aquisição como

parâmetro para a avaliação. Já nos passivos é usado o montante de recursos

recebidos em troca da obrigação de pagamento ou o quanto é necessário para liquidá-

la. Em resumo pode se dizer que no custo histórico é levado como base o valor pago

por um ativo ou contratado de um passivo ou seja, não se atualiza o valor do

investimento, recurso, mercadoria.

Compra vantajosa pode se dizer que é a aquisição de oportunidade, ou seja,

quando você paga pela aquisição de tal investimento um valor inferior ao seu valor

contábil, que por sua vez se tem um ganho com tal compra.

Ágio é o valor adicional pago ao valor equivalente sobre o patrimônio líquido da

investida onde se espera obter benefícios futuros sobre tal valor. Pode se classificar

o ágio de duas maneiras: ágio por mais valia, que é quando o ativo é identificado; e

também o ágio pela expectativa de renda futura ou Goodwill, que nada mais é do que

o valor adicional pago pela investidora que equivale ao valor de mercado que a

investida possui como exemplo seus ativos intangíveis como marcas e patentes,

podendo exemplificar com mais clareza utilizando a Nike como exemplo, pois quem

investe não está somente comprando o patrimônio líquido da empresa, pois parte do

valor utilizado na aquisição equivale ao peso e a fama que a marca Nike traz com ela.

26

Já o Deságio é totalmente o contrário do Ágio, ou seja, é o pagamento de um

valor abaixo do patamar do investimento, onde o investidor paga um valor menor do

que realmente vale tal patrimônio líquido da mesma.

**6.2 Fluxo de Caixa**

Para poder manter uma boa organização financeira na empresa o diretor conta

com um instrumento que é crucial para tal coisa, ele é denominado fluxo de caixa, o

objetivo dessa ferramenta é apurar e projetar o capital disponível para que sempre

exista capital de giro seja para uma aplicação ou algum gasto eventual. No fluxo de

caixa deve ser registrado todos os recebimentos, pagamentos e todos os previstos

seja pagamento ou recebimento conhecido, ou até o horizonte que adentre as

necessidades da empresa.

Tal ferramenta é de total importância para a tomada de qualquer decisão na

empresa, pois através dela se tem uma visão do presente e do futuro onde se pode

analisar e avaliar a disponibilidade de caixa e a liquidez da empresa, o que auxilia

para tomar decisões como, por exemplo, o planejamento de investimentos, uma

queima de estoque, uma promoção com aumento no prazo de pagamento, pois o

mesmo sabe que seu saldo é suficiente para financiar aquele determinado período até

que se possam recolher os benefícios daquelas vendas ou serviços, o planejamento

para algum empréstimo, com ele se analisa a capacidade de uma empresa gerar caixa

e equivalente de caixa em tal período, facilitando a tomada de decisões para que não

haja prejuízo para a empresa.

A estrutura do fluxo de caixa de uma empresa varia de acordo com sua

natureza e a necessidade de seus gestores. O resultado do fluxo de caixa é o capital

disponível (dinheiro em caixa ou depositado em contas nos bancos) apurado pela

diferença do valor total de recebimentos e pagamentos realizados em um determinado

período, conforme a necessidade da mesma.

27

A elaboração da demonstração do fluxo de caixa (DFC) é obrigatória para

diversos tipos de empresa, para as sociedades de capital aberto ou com patrimônio

líquido superior a R$ 2 milhos passou a entrar em vigor em 2008 pela lei n°

11.638/2007.

A DFC deve ser apresentada ao menos uma vez por ano juntamente com os

outros relatórios contábeis presentes no balanço. Sua obrigatoriedade vem pelo fato

de que através dele pode se conhecer melhor a saúde financeira da empresa, o

período de sobra e escassez de recursos, aonde tanto os diretores da empresa como

os investidores possam analisar as informações com mais clareza e assim decidirem

qual poderá ser suas melhores ações. Além de facilitar a compreensão também pode

ajudar a encontrar erros e possíveis fraudes como por exemplo desvio de dinheiro,

superfaturamento dentre outras coisas.

As normas contábeis estabelecem uma estrutura comum para a elaboração da

DFC, as regras utilizadas para a elaboração da demonstração se encontra no CPC 03

aonde diz que a Demonstração do fluxo de caixa deve ser estruturada em torno de

três atividades: as atividades operacionais, de investimento e de financiamentos.

**Atividade operacional:** São as principais atividades geradoras de receita da

empresa, onde engloba todo o fluxo derivados da produção e da entrega de bens e

serviços prestados pela entidade. São reunidos nesse grupo tanto dados da DRE

(Demonstração do Resultado do Exercício) como do Balanço Patrimonial; são todas

as transações relacionadas a receita, por exemplo:

• Recebimentos de caixa pela venda de mercadorias e pela prestação de

serviços;

• Pagamentos de caixa a fornecedores de mercadorias e serviços;

• Pagamentos de caixa a empregados e em conexão com a relação

empregatícia;

• Recebimentos ou pagamentos derivados de investimentos,

empréstimos ou outros contratos mantidos com a finalidade de

28

negociação similares a estoques adquiridos especialmente para

revenda.

**Atividade de investimentos:** corresponde a aquisição ou alienação de seus

ativos em longo prazo e outros investimentos, ou seja, aplicações que visam obter

benefícios futuros, por exemplo:

• Recebimentos de caixa resultante da venta de um ativo imobilizado,

intangível ou outros a longo prazo;

• Adiantamentos de caixa e empréstimos concedidos a terceiro;

**Atividades de Financiamento:** são as atividades onde a empresa utiliza se de

recursos emprestados de terceiros ou dos próprios proprietários, seja por um

momento de escassez ou para que ela possa realizar algum investimento, aumentar

seu capital de giro para realizar alguma ação. No balanço patrimonial as contas que

correspondem a essa atividade são os exigíveis a longo prazo, patrimônio líquido e os

financiamentos e empréstimos a curto prazo, localizados no passivo circulante. Por

exemplo:

• Pagamentos de caixa a investidores para adquirir ou resgatar ações da

entidade;

• Pagamentos para a amortização de empréstimo.

Existem dois métodos para se poder desenvolver uma DFC, o método direto e

indireto, onde suas diferenças se encontram no grupo de atividades operacionais.

**Método direto:** é o método onde considera a entrada e a saída bruta dos

recursos, onde nas atividades operacionais são utilizados os reais valores de

recebimentos de clientes e pagamentos de fornecedores e despesas, podendo

exemplificá-lo da seguinte forma:

29

**Informações Adicionais:**

• Houve uma captação de R$ 100.000 de novos empréstimos e nenhuma amortização;

• O valor de aquisição de ativos imobilizados no período foi de R$ 603.000, a vista;

• Não ocorreram baixas do ativo imobilizado;

• As despesas financeiras foram pagas no próprio período.

Assim, os seguintes passos foram tomados para a elaboração:

Neste caso, o saldo final hipotético de contas a receber em 20X1 deveria ser de R$

2.478.490 (caso nenhum recebimento tivesse ocorrido). Como o saldo real de 20×1

30

foi de R$ 470.000, a conclusão é que houve um recebimento neste período de R$

2.008.490, o qual impactou positivamente o caixa da empresa.

O saldo final hipotético de fornecedores em 20×1 deveria ser de R$ 1.422.600.

Como o saldo final foi de R$ 54.000, a conclusão é de que houve o pagamento de R$

1.368.600 neste período.

Neste caso o saldo final hipotético de impostos sobre vendas a pagar em 20X1

deveria ser de 31.600. Como o saldo de 20×1 real foi de 7.200, a valor do pagamento

neste período foi de R$ 24.400.

No caso das despesas de vendas e administrativas, a empresa não

apresentava saldo a pagar em 20×0 e continuou da mesma maneira em 20×1. Sendo

assim todo o valor das despesas apresentado na DRE (R$116.300) foi pago no

período.

31

A conta de despesas financeiras também não possuía saldo a pagar no em

20×0 e continuou sem débitos a quitar em 20×1. Desta forma, o valor apresentado na

DRE foi totalmente pago dentro do período, ou seja, R$ 23.300.

Neste caso o saldo final hipotético de impostos sobre lucro a pagar em 20X1

deveria ser de 62.690. Como o saldo de 20×1 real foi de 14.400, a empresa pagou

neste período o valor total de 48.290.

Por fim, a empresa deve considerar as informações adicionais, ou seja, a

captação de novos recursos no valor R$ 100.000, sem nenhuma liquidação,

representando este valor uma entrada de caixa. Além disso, a aquisição a vista de R$

603.000 em ativos imobilizados.

Com todas as informações citadas, pode-se elaborar o seguinte relatório:

32

Deve-se notar que a variação de caixa é a soma dos fluxos das atividades

operacionais, de investimento e de financiamento. Além disso, a soma do saldo de

caixa inicial e a variação líquida do caixa deve ter como resultado o saldo final da

conta de caixa.

**Método indireto:** nesse método é realizado um ajuste no fluxo de caixa líquido

das atividades operacionais quando, ocorrer mudanças nos estoques e nas contas

operacionais a pagar e receber durante tal período; itens que não afetam o caixa

33

como: depreciação, provisões, ganhos e perdas de variações cambiais não realizadas

entre outras; itens cujo efeito sobre o caixa sejam decorrentes das atividades de

investimentos e financiamentos.

Utilizando o exemplo anterior, o fluxo de caixa no método indireto seria

elaborado da seguinte forma:

Através dos exemplos acima pode se observar que basicamente a diferença

das informações é que no método direto é possível identificar o valor total de cada

entrada e saída, enquanto no indireto são evidenciadas as variações das contas.

34

**7. CONTABILIDADE COMERCIAL**

A contabilidade comercial é o ramo da contabilidade que mede o patrimônio

comercial, o direito e as obrigações dos comerciantes. Fornecendo a melhor análise

da Demonstração de resultado do exercício

O método da partida dobrada e uma das formas de entendermos a

contabilidade da empresa ele consiste em dizer que um lançamento a debito sempre

terá um lançamento a credito correspondente, isso significa que quando fazemos um

compra, por exemplo, retiramos um dinheiro do banco e lançamos a mercadoria no

ativo, essa movimentação gera um lançamento a credito no banco e um lançamento

a debito no ativo proporcionalmente.

**7.1 Transações Comerciais**

A principal renda de alguns modelos de empresa vem da compra e venda de

mercadorias, essas empresas devem levar em conta diversos itens para calcular sua

margem de lucro, os impostos, o custo, os funcionários e diversos outros fatores que

influenciam direta ou indiretamente no quanto a mercadoria vai custar ao consumidor

final e o quanto a empesa vai ter de lucro. A análise correta das informações

contábeis, pode ser o fator que define se a empresa permanece ou não no mercado

**Operações de Vendas**

Nas operações venda de mercadorias, geram uma receita. As receitas são os

recursos adquiridos por meio de vendas ou prestação de serviço, ou seja, é o ganho

bruto sem deduções e impostos.

**Impostos Sobre Vendas**

Os impostos sobre vendas são todos aqueles que podem alterar no custo da

mercadoria, como os seguintes impostos;

35

• ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços, é um imposto

estadual, cada estado tem autonomia para recolher ou restituir o valor

arrecadado com ele. Esse imposto influencia diretamente no valor da

mercadoria

• Apuração de ICMS da empresa Lojas Americanas S.A. referente a competência

de fevereiro de 2019 feitos em aula:

• PIS - Programa de Integração Social, é um imposto federal que auxilia na

contribuição para o pagamento do seguro desemprego, abono, entre outros. A

alíquota sobre o regime cumulativo é de 0,65% e de 1,65% no regime

cumulativo.

Apuração do PIS da empresa Lojas Americanas S.A referente a competência

de fevereiro de 2019 feito em aula

• COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, também é

um imposto federal e sua arrecadação é destinada aos fundos de previdência

e assistência social e da saúde pública, a alíquota no regime cumulativo é de

3% e no regime não cumulativo é de 7,6%.

Apuração do COFINS da empresa Lojas Americanas S.A. referente a

competência de fevereiro de 2019 feito em aula:

• IPI - Imposto sobre produto industrializado, também sendo um imposto federal,

cada produto tem uma determinada alíquota;

• ISSQN - Imposto sobre serviços de qualquer natureza e um imposto definido

pelo município;

Um exemplo de lançamento de imposto sobre venda:

D - PIS sobre Vendas (Resultado) C - PIS a Recolher (Passivo Circulante)

D - COFINS sobre Vendas (Resultado) C - COFINS a Recolher (Passivo Circulante)

36

**Desconto Incondicional**

É uma parcela redutora do preço de venda, não depende que aconteça

alguma coisa em algum momento posterior ao de emissão do documento de venda.

Esse desconto não é incluído na receita bruta de venda.

D - Clientes: 4.750,00 D - (-) Abatimentos Incondicionais: 250,00 C - Receita de Vendas: 5.000,00

**Desconto Condicional**

Esse desconto de acordo com os fatos ocorridos depois da emissão da nota

fiscal ele será concedido, como por exemplo: o vendedor concede o desconto se o

cliente pagar antes de vencer a sua dívida.

D – Bancos Conta Movimento (Ativo Circulante) R$ 19.000,00 D – Despesas Financeiras (Conta de Resultado) R$ 1.000,00 C – Duplicatas a Receber (Ativo Circulante) R$ 20.000,00

**7.2 Custo de Mercadoria Vendida**

**7.2.1 Estoque**

Estoques são materiais ou produtos que ficam fisicamente disponíveis pela

empresa, até o momento de ingressarem no processo produtivo ou seguirem para a

comercialização direta ao consumidor final.

Os estoques podem ser de matérias-primas e outros insumos, produtos em

processos, produtos acabados disponíveis para a comercialização e todos os demais

materiais e insumos que a empresa utiliza e que necessitam estar armazenados nas

suas dependências

Existem alguns métodos para determinar o custo da mercadoria, são eles;

37

**7.2.2 Método do custo específico**

O método de avaliação de estoque pelo custo específico e quando a

mercadoria e controlada exatamente pelo valor que foi adquirida, ela e baixada do

estoque pelo valor específico. Este tipo de avaliação e interessante para empresas

com mercadorias de valores relevantes e em poucas unidades já que esse método

permite a avaliação de cada mercadoria específica.

**7.2.3 Custo médio ponderado**

Este tipo de avaliação de estoque consiste em obter uma média ponderada do que foi

adquirido durante o mês para calcular o valor que o estoque deve ser valorizado.

Essa avaliação e relevante para empresas com grande fluxo de mercadorias, onde

existe grande compra de mercadorias durante algum período com valores diferente.

**7.2.4 Primeiro a Entrar Primeiro a Sair (PEPS)**

A avaliação do estoque pelo método do PEPS resume-se em fazer a baixa

do estoque a medida que ocorre a venda levanto em consideração que as primeiras

compras são as primeiras a serem vendidas. Esse método é usado com produtos que

tenham data de validade curta, como remédios e alimentos.

**7.2.5 Último a Entrar Primeiro a Sair (UEPS)**

Neste método de avaliação o estoque e mensurado pela última mercadoria a

ser adquirida e a baixa do estoque e feita pela mercadoria mais antiga no estoque,

esta avaliação acaba tornando os produtos com um custo elevado já que geralmente

as últimas mercadorias podem sofrer variações. Esse método não e permitido pela

Receita Federal.

**7.2.6 Custo da Mercadoria Vendida**

O CMV e um indicador que demostra qual o custo para produzir ou armazenar

determinada mercadoria até que ela seja vendida para o consumidor final. Ele e

utilizado para se obter o resultado operacional bruto. E calculado utilizando o estoque

inicial mais as compras menos o estoque final menos as devoluções e descontos.

Calcula-se o CMV com a seguinte formula:

38

+ Estoque

Compras - Estoque

Inicial

Final

= CMV

= CMV

- Devoluções

- Devoluções

- Devoluções

e Descontos

e Descontos

**7.2.7 Resultado com Mercadoria**

O RCM ou resultado operacional bruto e o resultado que a empresa obteve

após as vendas deduzidas as devoluções, abatimentos, cancelamentos, impostos e

os custos das mercadorias.

Vendas - Custo da Mercadoria

Vendida

= Resultado com Mercadoria

**7.2.8 ICMS, PIS e COFINS cumulativos e não cumulativos**

O regime cumulativo consiste em apenas deduzir os débitos apurados na

operação de venda. Exemplo: Débitos do PIS apurados sobre a Venda: R$ 1.000,00

e na compra não há créditos. O ICMS é não cumulativo para Lucro Real e Lucro

presumido.

O regime não cumulativo do PIS e do COFINS consiste em deduzir, dos débitos

apurados de cada contribuição, os respectivos créditos admitidos na legislação. A

sistemática é denominada "regime de não comutatividade do PIS e COFINS".

**Exemplo:** Débitos do PIS apurados sobre a Venda: R$ 1.000,00

Créditos do PIS apurados nas aquisições de mercadorias e outros itens admitidos na

legislação: R$ 600,00

PIS devido: R$ 1.000,00 - R$ 600,00 = A Recolher R$ 400,00.

Lançamento da apuração do tributo não cumulativo:

39

D - PIS a Recolher (Passivo Circulante) C - PIS a Recuperar (Ativo Circulante) R$ \* (conforme valor apurado no mês)

**7.3 Operações Financeiras**

As operações Financeiras buscam otimizar os ganhos da empresa através de

aplicações e investimentos feitos pela empresa, abaixo existe alguns exemplos

dessas operações.

**Receita Financeira**

As receitas financeiras são consideradas todo rendimento obtido através de juros,

descontos recebidos, atualizações monetárias, receitas sobre investimentos no

mercado aberto, como os que serão citados abaixo.

• Mercado Aberto - No mercado aberto ocorre a venda de títulos, como na bolsa

de valores, venda de títulos públicos como o site

• Deposito a prazo fixo - O deposito a prazo fixo e uma aplicação com uma taxa

de juros prefixados.

• Empréstimos - Existem dois tipos de empréstimos os com juros pré-fixados e

os com juros pós-fixados.

• Variação Monetária - A variação monetária e a variação que o valor adquirido

sofre pela variação da taxa de cambio, operações em moedas estrangeiras

devem ser atualizadas para o valor da moeda real por exemplo.

• Desconto de Duplicatas - Quando a empresa decide antecipar suas duplicatas o banco cobra um valor de juros, essa conta e chamada de desconto de duplicatas

Deverão ser apresentados os procedimentos e os lançamentos contábeis para

se efetuar os registros de recebimento de vendas, pagamento de compras, descontos

obtidos e concedidos, desconto de duplicatas, empréstimos e financiamentos

bancários.

40

Na aplicação:

D – Aplicações Financeiras (Ativo Circulante)

C - Bancos Conta Movimento (Ativo Circulante)

Nota: se o prazo da aplicação for superior a 12 meses, então classificar em realizável a longo prazo.

No resgate:

D - Bancos Conta Movimento (Ativo Circulante)

C - Aplicações Financeiras (Ativo Circulante)

Crédito dos juros sobre a aplicação:

D - Aplicações Financeiras (Ativo Circulante)

C – Juros sobre Aplicações Financeiras (Resultado)

IRF sobre os rendimentos:

D – IRF a Compensar (Ativo Circulante)

C - Aplicações Financeiras (Ativo Circulante)

**Despesas Financeiras**

As despesas financeiras representam o preço a ser pago por um

empreendimento aos seus credores e são relativas aos juros provenientes de

empréstimos contraídos pelo negócio, independentemente de qual seja, de fato, o

intuito dessa dívida. É de extrema importância aparecer as despesas financeiras na

demonstração de resultado, pois mostra como anda a saúde da empresa e se algumas

medidas deverão ser tomadas.

41

Pela liberação:

D - Bancos Conta Movimento (Ativo Circulante)

C – Empréstimo Bancário (Passivo Circulante)

Pelo pagamento:

D - Empréstimo Bancário (Passivo Circulante)

C - Bancos Conta Movimento (Ativo Circulante)

Juros sobre empréstimo bancário:

D – Juros Passivos (Resultado)

C - Empréstimo Bancário (Passivo Circulante)

**7.4 Operações com Folha de Pagamento**

A folha de pagamentos dos funcionários inclui diversos lançamentos

contábeis, cada empresa trabalha de uma forma, algumas optam pelo adiantamento

de salário, outras não, devemos entender que o salário bruto sofre alterações até

chegar ao valor líquido pago ao funcionário, principalmente pelos encargos sociais,

horas extras, adicional noturno. Na folha de pagamento também vem separado o

adiantamento de salário, IRRF.

Encargos sociais tributário é composto por FGTS e INSS, os de natureza

trabalhista vem as férias, 13o salários, licenças, PIS/Pasep, vale transporte, entre

outros.

Aqui então alguns lançamentos de exemplo:

42

Adiantamento de salário:

D – Adiantamento de Salários (Ativo Circulante – Adiantamento a empregados) C – IRRF a Recolher (Passivo Circulante – Impostos a recolher) C – Banco Conta Movimento (Ativo Circulante – Disponibilidades)

**Pagamento do IRRF sobre o adiantamento:**

D – IRRF a Recolher (Passivo Circulante – Impostos a recolher) C – Banco Conta Movimento (Ativo Circulante – Disponibilidades)

Contribuição sindical, INSS sobre salários e 13o salário e IRRF descontados na folha:

D – Salários e Ordenados a Pagar (Passivo Circulante – Obrigações trabalhistas) C – Contribuição Sindical a Recolher (Passivo Circulante – Encargos trabalhistas a pagar) C – IRRF a Recolher (Passivo Circulante – Impostos a recolher) C – INSS a Recolher (Passivo Circulante – Encargos trabalhistas a pagar)

Faltas e atrasos:

D – Salários e Ordenados a Pagar (Passivo Circulante – Obrigações trabalhistas) C – Folha de Pagamento (Resultado – Despesa com pessoal)

**Provisão de Ferias**

A apropriação mensal das férias, além de atender ao princípio contábil da

competência, é também importante do ponto de vista fiscal, porque reduz o lucro

contábil e, consequentemente, as bases de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa

Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro (CSL). Assim, devo

observar que a dedução das despesas decorrentes da apropriação mensal das férias

43

**Provisão de férias** é uma estimativa de gastos com as **férias** dos

empregados, ela deve ser classificada no passivo circulante em relação aos

trabalhadores que, no fechamento do período de referência, tiverem adquirido direito

a férias, integrais ou não. O valor das férias deve ser reconhecido contabilmente como

custos operacionais.

No momento da concessão das férias ou de sua indenização por

desligamento do empregado, o valor pago a título de férias e abonos ou indenizações

deve ser baixado da conta “Férias a Pagar” até o limite do que foi apropriado

mensalmente.

Por determinação da legislação previdenciária, as remunerações de férias, os

abonos pecuniários e o 1/3 constitucional devem constar da folha de pagamento de

salários do período de gozo das férias ou do mês do desligamento do funcionário

Exemplo de lançamento:

D – Férias e Encargos Sociais (Conta de Resultado) C – Provisão de Férias (Passivo Circulante)

D – Férias e Encargos Sociais (Conta de Resultado) C – Provisão de Férias (Passivo Circulante)

**Provisão 13a salário**

A Provisão do 13a é contabilizada mensalmente pelo valor equivalente a 1/12

(um doze avos) do salário atualizado de cada funcionário. A contabilização é feita

baseada no princípio da competência, pois devemos registrar todas as despesas no

momento em que elas acontecem, ou seja, quando incorridas. Cada mês

transcorrido representa 1/12 (um doze avos) de obrigação para a empresa e

consequentemente 1/12 (um doze avos) de direito para o funcionário.

Exemplo de lançamento:

44

D – 13o Salário (Conta de Resultado) C – 13o Salário a Pagar (Passivo Circulante)

D – Encargos Sociais sobre 13o Salário (Conta de Resultado) C – Encargos Sociais sobre 13o Salário a Pagar (Passivo Circulante

D – Encargos sobre o 13o Salário a pagar (Passivo Circulante) C – INSS a Recolher (Passivo Circulante)

D – Encargos sobre o 13o Salário a pagar (Passivo Circulante) C – FGTS a Recolher (Passivo Circulante

Deverão ser apresentados os procedimentos e os lançamentos contábeis

para se efetuar os registros de folha de pagamento, considerando basicamente:

salário bruto, desconto previdenciário, imposto de renda retido na fonte, adiantamento,

FGTS e contribuição previdenciária patronal.

**8. PRÁTICAS DE SISTEMAS CONTÁBEIS**

Mostraremos a importância de se criar um plano de contas. Foi utilizado o

sistema contábil Netspeed onde foram feitos os lançamentos de abertura e os demais

lançamentos contábeis da empresa Lojas Americanas S/A.

**8.1 BALANÇO DE ABERTURA**

O Balanço de abertura é utilizado para contabilização dos saldos do Ativo e do

Passivo, é apurado mediante uma perícia ou auditoria realizada para se dar início à

escrituração contábil. As empresas que anteriormente apenas usavam o Livro Caixa,

como aquelas optantes pelos sistemas de tributação Simples Nacional ou Lucro

Presumido deve passar por esses procedimentos. As empresas que ficaram inativas

45

durante longo espaço de tempo (mais de 5 anos) também poderão utilizar esse

recurso.

**8.2 ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL**

Muitas empresas ainda desconhecem a obrigatoriedade e a utilização da

escrituração contábil, inclusive existem vários casos de entidades que operam a anos

sem possuírem uma escrituração regulamentada. Por exigência legal do novo código

civil brasileiro - O empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um

sistema de contabilidade e levantar, anualmente, o balanço patrimonial. A

regulamentação da escrituração contábil poderá evitar situações de risco como:

Recuperação Judicial; Perícias Contábeis e Dissidências Societárias.

Conhecidos os bens, os direitos e as obrigações e estabelecidos os respectivos

valores, deverá o Contabilista estruturar o Balanço de Abertura, que será sintetizado

com base no ordenamento feito previamente num elenco de contas.

• Ativo são os bens, os direitos e as demais aplicações de recursos controlados

pela entidade, capazes de gerar benefícios econômicos futuros, originados de

eventos ocorridos.

• Passivos é as origens de recursos representados pelas obrigações para com

terceiros, resultantes de eventos ocorridos que exigirão ativos para a sua

liquidação.

• Patrimônio Líquido são os recursos próprios da Entidade, e seu valor é a

diferença positiva entre o valor do Ativo e o valor do Passivo.

**8.3 ESTRUTURA DO PLANO DE CONTAS**

Plano de Contas é o conjunto de contas, previamente estabelecido, que ajuda

os trabalhos contábeis de registro de fatos e atos relativos à entidade, além de servir

46

de parâmetro para a elaboração das demonstrações contábeis. A montagem de um

Plano de Contas deve ser personalizada, por empresa, já que os usuários de

informações podem necessitar detalhamentos específicos.

A empresa deve manter escrituração contábil com base na legislação comercial

e com observância das Normas Brasileiras de Contabilidade.

O balanço patrimonial é uma das demonstrações contábeis que visa evidenciar,

de forma sintética, a situação patrimonial da empresa e dos atos e fatos constantes

na escrituração contábil. Essa demonstração deve ser estruturada de acordo com os

preceitos da Lei 6.404/76 (chamada “Lei das S/A”) e segundo os Princípios

Fundamentais de Contabilidade.

**8.4 SISTEMA CONTÁBIL NETSPEED**

O conteúdo aplicado e desenvolvido em sala de aula nos fez ter uma

compreensão de como seria a rotina contábil de uma empresa.

• Realizamos o cadastramento da empresa Lojas Americanas no sistema;

• Elaboramos o plano de contas;

• Fizemos os lançamentos de abertura;

• Lançamos as atividades propostas na disciplina contabilidade comercial. (Ex:

Compras e vendas de mercadorias; Impostos incidentes nas operações;

apuração do ICMS, PIS, COFINS);

• Levantamento do Custo de mercadoria vendida (CMV);

• Encerramento do exercício;

• Geramos os relatórios que consistiram nas demonstrações contábeis (Ex:

Balanço patrimonial; DRE; Livro Diário; entre outros);

• Implementamos o fluxo de caixa utilizando as variações do período,

comparando o saldo inicial com o saldo do fechamento do exercício.

47

**8.5 DEMONTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Foram realizados lançamentos do Balanço de Abertura e em seguida os

lançamentos operacionais da Empresa Lojas Americanas S/A.

Anexo 1- Balanço Patrimonial

Anexo 2- Demonstração do resultado do exercício (DRE)

Anexo 3- Descontração do Fluxo de Caixa (DFC)

**9. CONCLUSÃO**

O projeto desenvolvido sobre a empresa Americanas S.A teve como intuído

aprimorar nossos conhecimentos adquiridos em sala de aula e coloca-los em pratica

de modo que possamos vivenciar como é o cotidiano de um profissional contábil.

Utilizamos o sistema Netspeed para nos auxiliar no desenvolvimento do trabalho,

nele foi possível realizar lançamentos de abertura da empresa e seus demais

lançamentos durante o período do exercício contábil que se foi pedido. Cada matéria

lecionada no semestre foi de suma importância para que tal projeto pudesse ser

realizado, algumas ensinando a teoria de modo que se saiba o que deve ser feito a

contabilização e o reconhecimento de um investimento de uma empresa, como

devem ser elaborados os relatórios, foram apresentadas diversas normas em que o

contador deve se espelhar e seguir para poder manter seu profissionalismo e sua

ética. Saindo da teoria, também foi desenvolvido a parte pratica, onde por sua vez

utilizou se o que se aprendeu na teoria e foram feitos lançamentos contábeis,

apuração de investimentos, desenvolvimento da Demonstração do Resultado (DRE),

Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), Custo de Mercadorias Vendida (CMV),

entre outros fatores.

48

Apesar dos desafios encontrados na utilização do sistema Netspeed e na

realização de alguns lançamentos contábil, o projeto foi de extrema importância para

a nossa evolução profissional, e para aprendermos a manter a calma e superar

qualquer obstáculo por mais complexo que seja.

REFERENCIAS

https://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/Ativo-e-Sua-Mensura-o/71597332.html Acesso em 18/05/2019.

http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/fluxo-de-caixa-o-que-e-e-como- implantar,b29e438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD Acesso em 15/05/2019.

https://www.passeidireto.com/arquivo/52128442/livro-contabilidade-avancada-kls- unopar-completo Acesso em 16/05/2019.

http://direito.folha.uol.com.br/blog/para-entender-a-diferena-entre-controlada- coligada-e-subsidiria Acesso em 16/05/2019.

http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/fluxo-de-caixa-o-que-e-e-como- implantar,b29e438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD Acesso em 16/05/2019.

https://www.dicionariofinanceiro.com/dfc/ Acesso em 17/05/2019.

http://www.crcsp.org.br/apostilas/apresentacaodfc.pdf Acesso em 17/05/2019.

https://orcamentoempresarial.com/2018/08/27/o-que-e-metodo-indireto-e-direto-de- fluxo-de-caixa/ Acesso em 20/05/2019.

49

http://www.bcb.gov.br/Pre/bcUniversidade/Palestras/BC%20e%20Universidade%201 1-11-2005.pdf Acesso em 20/05/2019.

http://www.portaltributario.com.br/artigos/diferenca-entre-desconto-incondicional-e-

desconto-condicional.htm

Acesso em 20/05/2019.

http://www.portaltributario.com.br/guia/pis\_contabilizacao.html

Acesso em 22/05/2019.

http://www.portaldecontabilidade.com.br/guia/transbancarias.htm

Acesso em 22/05/2019.

http://www.comocontabilizar.com.br/como-contabilizar-provisao-para-13o-salario/

Acesso em 19/05/2019.

https://www.bussoladoinvestidor.com.br/abc\_do\_investidor/despesas\_financeiras/ Acesso em 19/05/2019.

http://www.portaldecontabilidade.com.br/guia/provisao13salario.htm Acesso em 19/05/2019.

http://www.lefisc.com.br/materias/2007/2122007contabilidade2.asp

Acesso em 19/05/2019.

http://www.portaltributario.com.br/tributario/creditoicms.htm Acesso em 19/05/2019.

https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/estoque-definicao-e- conceito/40602 Acesso em 19/05/2019.

https://www.treasy.com.br/blog/projetando-as-deducoes-sobre-vendas-de-sua- empresa/ Acesso em 19/05/2019.

50

https://www.contabeis.com.br/termos-contabeis/balanco\_de\_abertura Acesso em 10/05/2019.

www.portaldecontabilidade.com.br Acesso em 10/05/2019.

Manuel Pronunciamentos Técnicos Contábeis, 2008, Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Maria Clara Cavalcante Bugarim.

Contabilidade Comercial, 2016, p. 186, PADOVEZE.

www.cpc.org.br Acesso em 18/05/2019.

ANEXOS

Anexo 1- Balanço Patrimonial

**BALANÇO PATRIMONIAL**

**LOJAS AMERICANAS S.A.**

RUA SACADURA CABRAL, 102 - SAÚDE - CEP : 20081-902

RIO DE JANEIRO / RJ CNPJ : 33.014.556/0001-96 Local de Registro :

Período de Movimento : JANEIRO/2019 a MARCO/2019

**ATIVO PASSIVO**

CIRCULANTE 19.294.185,90 D CIRCULANTE 11.027.883,17 C

DISPONÍVEL 11.395.093,20 D EXIGÍVEL 11.027.883,17 C

CAIXA 2.640.961,20 D FORNECEDORES 5.149.329,00 C

51

Caixa 2.640.961,20 D Fornecedores 5.028.423,00 C

Contas Diversas a Pagar 120.906,00 C

BANCO CONTA MOVIMENTO 2.236.600,00 D

Banco Itáu S.a. 2.236.600,00 D EMPRESTIMOS E

FINANCIAMENTOS

4.548.189,00 C

Banco do Brasil S.a 4.145.389,00 C

APLICAÇÃO LIQUIDEZ IMEDIATA 6.517.532,00 D Duplicatas Descontadas 402.800,00 C

Aplicações Financeiras 6.517.532,00 D

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIETÁRIAS 126.277,06 C

REALIZÁVEL A CURTO PRAZO 4.230.839,70 D Salários a Pagar 28.011,10 D

Férias a Pagar 9.671,00 C

CLIENTES - DIREITOS E CRÉDITOS 3.191.900,00 D Décimo Terceiro a Pagar 11.406,16 C

Clientes Diversos - Duplicatas a Receber 2.129.442,00 D Honorários Autônomos a Pagar 133.211,00 C

Outras Contas a Receber 1.062.458,00 D

OBRIGAÇÕES SOCIAIS 934.487,71 C

IMPOSTOS A RECUPERAR 1.038.939,70 D Inss a Recolher 5.648,69 C

Icms a Recuperar 150.732,00 D Pis a Recolher 24.363,57 C

Pis a Recuperar 13.467,30 D Cofins a Recolher 113.831,28 C

Cofins a Recuperar 63.642,40 D Fgts a Recolher 1.686,17 C

Inss a Recuperar 811.098,00 D Recolher Contribuições Sociais Retidas a

299.189,00 C

Outras Provisões Fiscais 489.769,00 C

ESTOQUES 3.608.451,00 D

OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS 269.600,40 C

MERCADORIAS P/ REVENDAS 3.608.451,00 D Icms a Recolher 269.600,40 C

Mercadorias para Revenda 3.608.451,00 D

NÃO CIRCULANTE 11.775.037,00 C

DESPESAS ANTECIPADAS 59.802,00 D

EXIGÍVEL A LONGO PRAZO 11.775.037,00 C

DESPESAS ANTECIPADAS 59.802,00 D

Despesas Antecipadas 59.802,00 D EMPRÉSTIMOS E

FINANCIAMENTOS 11.479.370,00 C

Banco do Brasil S.a 11.479.370,00 C

NÃO CIRCULANTE 10.005.837,00 D

OUTRAS OBRIGAÇÕES 295.667,00 C

REALIZÁVEL A LONGO PRAZO 2.973.446,00 D Outras Obrigações 9.407,00 C

Outras Provisões 286.260,00 C

CONTAS A RECEBER 1.961.421,00 D

Clientes a Receber - Duplicatas a Recebe

121.922,00 D PATRIMÔNIO LÍQUIDO 6.497.102,73 C

Outros Ativos Não Circulantes 1.839.499,00 D

CAPITAL SOCIAL 3.926.518,00 C

52

IMPOSTOS DIFERIDOS 1.012.025,00 D

Imposto de Renda Diferido 1.012.025,00 D CAPITAL SOCIAL 3.926.518,00 C

Capital Social Integralizado 3.926.518,00 C

ATIVO IMOBILIZADO 3.283.046,00 D

RESERVAS 2.570.584,73 C

BENS EM OPERAÇÃO 3.283.046,00 D

Terrenos 3.283.046,00 D RESERVAS DE CAPITAL 71.587,00 C

Reservas de Capital 116.132,00 C

ATIVO INTANGÍVEL 3.749.345,00 D

RESERVAS DE LUCROS 987.987,73 C

BENS EM OPERAÇÃO 3.749.345,00 D Retenção de Lucros 987.987,73 C

Marcas e Patentes 3.749.345,00 D

AJUSTES DE AVALIAÇAO PATRIMONIAL 26.433,00 C

Ajustes de Avaliação Patrimonial 26.433,00 C

PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS 1.484.577,00 C

Participações dos Acionistas Não Control 1.484.577,00 C

**TOTAL DO ATIVO =====> 29.300.022,90 D TOTAL DO PASSIVO =====> 29.300.022,90 C**

**SISTEMA DE DEMONSTRAÇÃO 28/05/2019 21:06:12**

Anexo 2- Demonstração do resultado do exercício (DRE)

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/03/2019**

**Receita Bruta de vendas e/ou serviços**

VENDAS DE MERCADORIAS 1.683.280,00 1.683.280,00

**(-) Deduções das receitas brutas**

ICMS 291.542,40 291.542,40

PIS 26.724,72 26.724,72

COFINS 123.095,68 123.095,68

DEVOLUÇÃO DE VENDAS 63.600,00 63.600,00

53

**(=) Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços 1.178.317,20**

**(-) Custos de bens e/ou serviços vendidos**

CUSTOS COM MERCADORIAS

CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS 606.333,25 606.333,25

**(=) Lucro Bruto 571.983,95**

**(-) Despesas Operacionais**

DESPESAS OPERACIONAIS GERAIS

DESPESAS C ADICIONAL NOTURNO 10.830,00 DESPESAS COM HORA EXTRA 12.996,00 DESPESAS COM DSR 4.765,20 FGTS 12.637,47 DESPESAS COM SALARIOS 108.300,00 FERIAS E ENCARGOS 10.201,00 DECIMO TERCEIRO 11.406,16 171.135,83

DESPESAS TRIBUTÁRIAS

INSS 31.063,67 INSS SOBRE TERCEIROS 9.163,04 DESPESAS C/ SEG. ACIDENTE INSS/SAT 1.579,68 41.806,39

**(=) Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro 359.041,73**

**(+) Receitas Não Operacionais** RECEITAS FINANCEIRAS

RESULT. ALIENAÇÃO IMOBILIZADO 31.800,00 31.800,00

**(=) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO 390.841,73**

Anexo 3- Descontração do Fluxo de Caixa (DFC)

Lojas Americanas S/A CPNJ: 33.014.556/0001-96 **Fluxo de Caixa**

**Resultado do exercício 390.841,73** Depreciação e amortização Resultado da venda do ativo imobilizado (31.800,00) Resultado na venda de investimentos Despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos

54

Constituição de provisão e contingências Atualização de contingências Resultado de equivalência patrimonial Impostos correntes Realização dos tributos fiscais diferidos

Ajustes **359.041,73**

**(Aumento) Diminuição de ativos** Contas a receber de clientes (151.580,00) Estoques 0,00 Tributos a compensar e recuperar (227.841,70) Pagamentos antecipados 0,00 Outras contas a receber (74.200,00) Depósitos judiciais Partes relacionadas

**(453.621,70)**

**Aumento (diminuição) de passivos** Contas a pagar a fornecedores 561.800,00 Obrigações fiscais 269.600,40 Salários e encargos sociais 138.595,77 Outras contas a pagar 402.800,00

**1.372.796,17**

**Caixa gerado pelas operações 1.278.216,20**

**Fluxo de caixa das atividades de investimentos** Aplicações financeiras Aquisições de ativo imobilizado e intangível (116.600,00) Recebimento na venda de investimentos Valor de venda de imobilizado 148.400,00 **31.800,00**

**Fluxo de caixa das atividades de financiamentos** Distribuição de lucros Juros sobre capital próprio Captações de empréstimos e financiamentos 402.800,00 Pagamentos de empréstimos e financiamentos (402.800,00) Pagamentos de acordos trabalhistas Aumento de capital Adiantamento para aumento de capital

55

**0,00**

**Variação 1.310.016,20**

Saldo Inicial 10.085.077,00 Saldo Final 11.395.093,20 **Aumento(diminuição) de caixa 1.310.016,20** 0,00

56